



CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO-REGIME GERAL N.º 59-2024 UALG

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE E TRATAMENTO DE VALORES
COM RECOLHA NAS INSTALAÇÕES DA UALG**

ÍNDICE

PARTE I.....	4
Cláusulas Jurídicas	4
Cláusula 1.ª.....	4
Objeto.....	4
Cláusula 2.ª.....	4
Entidades Públicas Contratantes	4
Cláusula 3.ª.....	4
Contrato.....	4
Cláusula 4.ª.....	5
Prazo.....	5
Cláusula 5.ª.....	6
Obrigações principais do adjudicatário.....	6
Cláusula 6.ª.....	7
Verificação e aceitação do objeto do contrato.....	7
Cláusula 7.ª.....	8
Objeto e prazo do dever de sigilo	8
Cláusula 8.ª.....	9
Regulamento de Proteção de Dados	9
Cláusula 9.ª.....	10
Preço base	10
Cláusula 10.ª.....	11
Preço contratual e condições de pagamento	11
Cláusula 11.ª.....	11
Penalidades contratuais.....	11
Cláusula 12.ª.....	13
Gestor do contrato	13
Cláusula 13.ª.....	13
Revogação do contrato.....	13
Cláusula 14.ª.....	13
Resolução por parte da entidade adjudicante.....	13
Cláusula 15.ª.....	14
Resolução por parte do adjudicatário.....	14
Cláusula 16.ª.....	14

Casos fortuitos ou de força maior	14
Cláusula 17.^a	15
Subcontratação e cessão da posição contratual.....	15
Cláusula 18.^a	15
Comunicações e notificações	15
Cláusula 19.^a	15
Foro competente	15
Cláusula 20.^a	15
Legislação aplicável.....	15
PARTE II	16
ANEXO I	16

PARTE I**Cláusulas Jurídicas****Cláusula 1.ª****Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de Serviços de Transporte e Tratamento de Valores com Recolha nas Instalações da UALG, em conformidade com as especificações técnicas descritas na parte II.

Cláusula 2.ª**Entidades Públicas Contratantes**

As entidades contratantes são:

- a) Universidade do Algarve, pessoa coletiva de direito público com o NIF 505 387 271, sita no *Campus* da Penha, Estrada da Penha, 8005-139 Faro, com o número de telefone (+351) 289 800 100, com o endereço eletrónico: contratacao publica@ualg.pt.
- b) Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve, pessoa coletiva de direito público, NIF 600039510, sito no *Campus* da Penha, 8005-139 Faro, com o número de telefone (+351) 289 882 556 e com o endereço eletrónico: sas@ualg.pt.

Cláusula 3.ª**Contrato**

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.
2. Fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes documentos:
 - a. Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;

- e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.
 5. Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Prazo

1. O contrato produz efeitos, vinculando as partes, até à conclusão da prestação do serviço adjudicado em conformidade com os respetivos termos e condições previstos no Caderno de Encargos e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. O Contrato mantém-se em vigor pelo período de 1 (um) ano, renovável por mais um ano, até ao limite máximo de 2 (dois) anos.
3. O Contrato pode ser denunciado por qualquer uma das partes, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
4. A denúncia deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do termo do prazo da produção de efeitos.

Cláusula 5.ª**Obrigações principais do adjudicatário**

1. O Segundo Outorgante obriga-se a executar o objeto do Contrato com absoluta subordinação aos princípios de ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com a adjudicação.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e de outras especialmente previstas no presente contrato, da respetiva celebração decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Prestar os serviços objeto do contrato, nos termos, condições e características dele constantes, bem como das especificações técnicas descritas na Parte II do Caderno de Encargos, que deste faz parte integrante;
 - b. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato, sem prévia autorização do Contraente Público;
 - c. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do Contrato;
 - d. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - e. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato.
 - f. Utilizar corretamente as instalações e equipamentos que lhe forem confiadas, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou funcionamento que lhe sejam dadas pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social, bem como, e em especial as regras de segurança aplicáveis.
 - g. Comunicar à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social a nomeação do Gestor de contrato e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
 - h. Assegurar que para todas as matérias colocadas pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social ao respetivo Gestor de contrato, o tempo de resposta não exceda 5 (cinco) dias úteis, nas situações normais e 2 (dois) dias úteis nas situações de resolução urgente;

- i. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - j. Comunicar, antecipadamente, à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
 - k. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
 - l. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão.
3. O Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

Cláusula 6.ª

Verificação e aceitação do objeto do contrato

1. Sem prejuízo de outras diligências especialmente previstas nas condições técnicas, uma vez executados os serviços objeto do contrato e entregues os elementos correspondentes, à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social, por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo de 30 dias à análise quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se estes reúnem as características e requisitos técnicos e operacionais definidos na Parte II do caderno de encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social toda a cooperação e esclarecimentos necessários.

3. No caso da análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a total conformidade dos elementos entregues e/ou dos serviços prestados com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com os termos e condições definidos no presente contrato, a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social informarão, por escrito, o Segundo Outorgante.
4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa, no prazo razoável que for determinado pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social, aos ajustamentos e/ou complementos necessários para garantir a conformidade dos serviços e o integral cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização dos ajustamentos e/ou complementos necessários pelo Segundo Outorgante, no prazo respetivo, a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social procedem a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a total conformidade dos serviços prestados com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com os termos e condições definidos no presente contrato, será emitido o pagamento da fatura pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social.
7. A emissão do pagamento a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente contrato e respetivos anexos.

Cláusula 7.ª

Objeto e prazo do dever de sigilo

1. O Segundo Outorgante deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso da Universidade do Algarve e dos Serviços de Ação Social.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª

Regulamento de Proteção de Dados

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito dos serviços a prestar ao abrigo do contrato a celebrar.
2. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social ao abrigo do contrato a celebrar, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.
3. O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Universidade do Algarve e dos Serviços de Ação Social contra a respetiva destruição o, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.

4. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
5. O adjudicatário compromete-se a que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do contrato a celebrar será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações assumidas.
6. O adjudicatário obriga-se a comunicar à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.
7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

Cláusula 9.ª

Preço base

1. O preço máximo que as entidades adjudicantes se dispõem a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, para a extensão máxima do contrato (24 meses), tendo em consideração os serviços e respetivas quantidades estimadas, é estabelecido em € 14.575,00 (catorze mil, quinhentos e setenta e cinco euros), sendo o preço base anual estimado estabelecido em € 7.287,50 (sete mil, duzentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos). Tendo como preço base estimado por artigo o seguinte:
 - 3 recolhas semanais – Valor mensal: € 495,00 (quatrocentos e noventa e cinco euros);
 - Por cada € 5.000,00 tratados - Nota: € 4,90 (quatro euros e noventa cêntimos);
 - Por cada € 5.000,00 tratados – Moeda Nacional: € 49,00 (quarenta e nove euros).
2. Ao preço base acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido. O preço base inclui as respetivas renovações, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

Cláusula 10.ª

Preço contratual e condições de pagamento

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social devem pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social, designadamente, com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. A quantia devida pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social deve ser paga após a receção da(s) respetiva(s) fatura(s), nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e desde que cumpridas as formalidades legais exigidas.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação de serviços a que respeita, e entrega dos elementos correspondentes, nos termos e em conformidade com o disposto na parte II do presente caderno de encargos
5. Em caso de discordância por parte da Universidade do Algarve e dos Serviços de Ação Social, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, confere à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP, designadamente:

- a. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos da prestação dos serviços objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
 - b. Pelo incumprimento das demais obrigações da prestação dos serviços objeto do contrato, até 5 % do preço contratual. (as penalidades devem ser ajustadas ao caso em apreço)
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A acumulação das penas pecuniárias previstas no presente artigo não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
6. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.
7. A Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social podem compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social exijam uma indemnização pelo dano excedente.
9. Em caso de atraso da Universidade do Algarve e dos Serviços de Ação Social no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

Cláusula 12.ª

Gestor do contrato

1. A Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social procederão à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.
2. Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.
3. No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
5. O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela Universidade do Algarve e pelos Serviços de Ação Social, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

Cláusula 13.ª

Revogação do contrato

O presente contrato pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo escrito, assinado pelos legais representantes de ambas as partes, do qual deve constar a referência ao presente contrato e seus aditamentos, bem como a data de início da produção de efeitos da revogação.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade do Algarve e os Serviços de Ação Social pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

3. Sem prescindir do disposto nos números anteriores, incumprimento, por parte do adjudicatário, confere à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social, nos termos gerais de direito, o direito às correspondentes indemnizações legais.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
 - a. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 19.^a.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade do Algarve e aos Serviços de Ação Social, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 16.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.

2. A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito da Universidade do Algarve e dos Serviços de Ação Social, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.

PARTE II
ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Serviços de Transporte e Tratamento de Valores com Recolha nas Instalações da UALG

Local da Recolha: Sede dos Serviços de Ação Social da UAlg – Setor da Tesouraria

N.º de recolhas semanais: 3

Datas e hora da recolha: Segundas, quartas e sextas feiras das 14:30h às 15:30h.

Serviços.

- 3 recolhas semanais – Valor mensal: 495,00 €;
- Por cada 5.000€ tratados Nota – 4,90 €;
- Por cada 5.000€ tratados Moeda Nacional – 49,00 €.

A estimativa de valores anuais a transportar é de (meramente indicativos):

Universidade do Algarve (UAlg)

- Moedas – 5.761,10€;
- Notas e cheques – 133.363,50€.

Serviços de Ação Social da Universidade do Algarve (SAS)

- Moedas – 68.015,25€;
- Notas – 489.510,00€.

São facultados pelo adjudicatário dados diários sobre os sacos recolhidos, e valores depositados por conta bancária em ficheiro informático Excel ou noutro formato que seja devidamente acordado entre as partes.

Os talões de depósito devem ser devolvidos ao respetivo local no momento da recolha seguinte, acompanhados dos relatórios resumo de valores depositados. Cada talão de depósito contém o número da conta e o descritivo que deverá ser utilizado aquando do crédito bancário.

A entidade bancária para depósito de valores é a Caixa Geral de Depósitos. Na eventualidade da entidade bancária supracitada ser alterada, a entidade adjudicante comunicará por escrito ao prestador de serviço com a antecedência de 30 (trinta) dias.

O adjudicatário é responsável pelo fornecimento de todo o material necessário à prestação do serviço de recolha, transporte e tratamento de valores, designadamente, sacos de transporte, selos de segurança, guias e material para embalagem e etiquetagem dos valores.

Os SAS e a UAlg, determinam as contas bancárias nas quais são feitos os depósitos, e fornecem os demais elementos relevantes para efeitos da execução da prestação;

É da responsabilidade do adjudicatário o risco por furtos, roubos e todo e qualquer desaparecimento de valores que ocorram no âmbito da prestação dos serviços de recolha, transporte, tratamento e depósito de valores.

O prazo de entrega dos valores na conta bancária/crédito na conta bancária é no dia útil seguinte ao da recolha.

Nos depósitos podem constar valores em cheques e vales postais.

Em caso de anomalia, ou notas/moedas falsas, o adjudicatário deverá comunicar o facto no dia útil seguinte.

Os valores recebidos devem ser tratados em instalações do adjudicatário, sendo este responsável por todas as operações, desde a recolha até ao depósito em conta bancária.

O valor mensal da proposta para as 3 recolhas semanais, será faturado na seguinte proporção:

- 80 % para os SAS, contribuinte 600039510;
- 20% para a UAlg, contribuinte 505387271.

A faturação respeitante ao tratamento de notas e moedas por cada tranche de 5.000€, será faturada em separado para cada uma das entidades (SAS e UAlg) em função dos respetivos montantes depositados.

O Adjudicatário obriga-se a celebrar e manter válidos durante toda a vigência do contrato a celebrar os seguintes contratos de seguro:

- Todos os seguros que forem obrigatórios para o tipo de transporte em causa, de acordo com a legislação vigente em cada momento sobre esta matéria.
- Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais para o seu pessoal, de acordo com a legislação em vigor;
- Seguro que garanta em cada momento qualquer tipo de dano, extravio, roubo, furto ou perda de carga transportada por cada veículo com um valor de responsabilidade de acordo com o valor máximo permitido pela legislação em vigor para transporte de mercadorias.